

Universidade de Brasília
Departamento de Economia
Disciplina: Macroeconomia II
Professor: Carlos Alberto
Período: 2/10
Terceira Prova

Questões

1. Em Anexo a esta prova está um artigo da jornalista Claudia Safatle publicado no **Valor Econômico** do 3-12-2010. Nesse artigo se debate sobre uma possível inflação estrutural no Brasil que estaria situada em um patamar de 3% a.a. Em realidade, a jornalista resume um “paper” de dois economistas do IPEA (Martinez e Dos Santos). No artigo do **Valor**, existe um erro primário. Não sei se esse erro é da jornalista na sua tentativa de resumir o “paper” o do próprio artigo. Não importa. A questão é que você tem que identificar esse erro.

(Esta questão vale dois pontos e a resposta deve estar justificada. Ou seja, o aluno deve justificar o porquê a afirmação que foi escolhida não é sustentável)

Resposta: a jornalista sustenta que “...os itens de grande volatilidade que não são afetados pela política monetária, como os alimentos e bebidas não comercializáveis” No caso dos alimentos e bebidas não comercializáveis, como, aliás, todos os bens não comercializáveis, seus preços são sim afetados pela política monetária. A política monetária afeta os preços dos bens não comercializáveis. No último parágrafo, a jornalista sustenta que: “O sistema de metas pressupõe que a política monetária é eficaz para segurar o aumento dos preços pela contenção da demanda agregada” Justamente, os preços dos bens não comercializáveis são sensíveis à demanda agregada e, assim, são influenciados pela política monetária.

2. Assuma a seguinte função de produção:

$Y = 4 K^{0.75} L^{0.25}$. Suponha que $K = 16$ e que a função de oferta de mão-de-obra seja: $L_s = w$.

Dadas essas informações, determine a função de oferta agregada e explique se suas características estão associadas a alguma das especificidades das funções apresentadas no parágrafo anterior.

(Esta questão vale dois pontos e a resposta deve estar justificada)

Resposta: a função de oferta agregada é: $Y_s = 43.09 P^{0.1435}$. A oferta é crescente com respeito ao preço devido a que a oferta de trabalho está vinculada ao salário nominal e não ao salário real.

3. Suponha um modelo macro extremamente simples, com as seguintes funções de oferta e demanda agregada:

$$p_t = p_t^e + \lambda (y_t - y_{pe}) \quad (\text{oferta agregada})$$
$$y_t = y_{t-1} + \beta (m_t - p_t) \quad (\text{demanda agregada})$$

onde: p_t = taxa de inflação do período t ; p_t^e = taxa de inflação esperada para o período t , sendo as expectativas adaptativas e têm como referencia a inflação do período anterior; y_{pe} = produto de pleno emprego; y_t = produto do período t ; m_t = taxa de variação da oferta de moeda no período t ; λ e β são parâmetros. O valor desses parâmetros é: $\beta = 3$ e $\lambda = 2$

Suponha que estamos em um “steady-state” no qual o produto potencial é 1.000, a taxa de inflação é de 10 que, dado o modelo, corresponde a um crescimento da oferta de moeda de 10. Suponha que o objetivo do governo seja reduzir a taxa de inflação de longo prazo para 2% e ele enfrenta um processo eleitoral dentro de quatro anos (ou seja, no período 4). Suponha que você é Ministro da Fazenda e tem que levar ao Presidente uma estratégia que leve a inflação a 2% e que possibilite (ou facilite) a reeleição.

A questão que deve ser respondida é: apresente a política econômica e justifique a sua resposta.

(A questão vale três pontos e deve estar muito bem justificada)

Resposta: a política econômica deve levar já, no primeiro período, a variação da oferta de moeda para 2%. Dessa forma, os efeitos recessivos do plano de estabilização estarão concentrados nos primeiros anos e, na ocasião do pleito eleitoral, o PIB já deve estar próximo do potencial e a inflação próxima de 2%.

4. Pergunta de ANPEC/2006: “Quando as expectativas são adaptativas, a autoridade monetária tem um “incentivo” a desviar-se da meta de inflação previamente anunciada”

Pergunta: essa afirmação é verdadeira ou falsa ?

(Não precisa justificar a resposta. Somente falar se é verdadeira ou falsa. Esta questão vale um ponto no caso de uma escolha certa. Não conta pontos no caso de não ser respondida e desconto um ponto no caso de uma resposta errada)

Resposta: verdadeira.

5. Pergunta de ANPEC/2006: “De acordo com as expectativas racionais, a política monetária não tem efeito algum sobre o produto real”

Pergunta: essa afirmação é verdadeira ou falsa ?

(Não precisa justificar a resposta. Somente falar se é verdadeira ou falsa. Esta questão vale um ponto no caso de uma escolha certa. Não conta pontos no caso de não ser respondida e desconto um ponto no caso de uma resposta errada)

Resposta: falsa.

6. Pergunta de ANPEC/2006: “Quando os agentes formam suas expectativas de forma racional, é nulo o custo (em termos de perda do produto real) de uma política monetária crível de redução da taxa de inflação”

Pergunta: essa afirmação é verdadeira ou falsa ?

(Não precisa justificar a resposta. Somente falar se é verdadeira ou falsa. Esta questão vale um ponto no caso de uma escolha certa. Não conta pontos no caso de não ser respondida e desconto um ponto no caso de uma resposta errada)

Resposta: verdadeira.

Há uma inflação estrutural de 3% ao ano

Claudia Safatle

Valor, 03.12.2010

Bens resistentes à demanda limitam corte dos juros

Nos últimos dez anos - que coincidem com a vigência do regime de metas para a inflação - identifica-se, no Brasil, uma forte inflação estrutural, de cerca de 3% ao ano. Definida como a presença constante de um movimento de preços derivado do modo de funcionamento dos mercados e de outros aspectos microeconômicos, a inflação estrutural e a decorrente da indexação, que subsiste, estão na raiz da resistência inflacionária da economia brasileira.

Esses são temas que precisam ser melhor avaliados para que o próximo governo tenha condições de reduzir a meta de 4,5%, estável há oito anos, e a margem de tolerância de dois pontos percentuais sobre o IPCA (para a acomodação de choques), a mais elevada dentre os países que adotam o regime.

Em trabalho intitulado "Estrutura da Inflação Brasileira: Determinantes e Desagregação do IPCA", dois jovens economistas do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea), Thiago Sevilhano Martinez e Vinícius dos Santos Cerqueira, procuram avançar no tema e adicionam duas inovações metodológicas: uma desagregação minuciosa do IPCA, que gera a "classificação por segmentos", e o

"índice de pressão inflacionária", que mede a contribuição de cada grupo de bens para o IPCA.

Esse texto serve de embrião para a discussão que o ministro da Fazenda, Guido

Mantega, lançou na semana passada, sobre a possibilidade de eventualmente se mexer no regime de metas. Os técnicos da Fazenda falam em ampliar o prazo de convergência de 12 meses para 24 meses, a exemplo do Chile. Alternativa polêmica e politicamente inviável seria a adoção do "núcleo" como meta, excluindo do índice de inflação os itens de grande volatilidade que não são afetados pela política monetária, como os alimentos e bebidas não comercializáveis.

A dinâmica inflacionária mudou nos últimos dez anos. Nos primeiros cinco anos, foram os preços dos bens monitorados que pressionaram mais o IPCA: tarifas de transportes, habitação e comunicações. De 2006 a 2009, os monitorados passaram a

subir menos que a meta de inflação, dando o lugar de liderança nos aumentos de preços aos alimentos e bebidas não transacionáveis (alimentação fora do domicílio, feijão, vegetais, pescados e ovos, entre outros) e às despesas pessoais (recreação, loterias, cartórios), pouco sujeitos à contração da demanda. Já os alimentos comercializáveis (exportáveis ou importáveis) têm comportamento errático, mas não raro se colocam ao lado do controle da inflação.

Algumas medidas foram importantes para moderar os preços administrados. No caso das comunicações, os vencimentos de contratos firmados a partir de 1999 foram seguidos da troca de indexadores, do IGP para o Índice de Atualização de Tarifas (IST), e os ganhos de produtividade passaram a ser pós-fixados. Alterações nos contratos de energia elétrica, a partir de 2004, também ajudaram a reduzir a variação do IPCA. Nos combustíveis, o que pesou a favor de um melhor comportamento dos preços foi a tributação variável sobre a gasolina e diesel nos períodos de alta dos preços internacionais do petróleo.

Depois dos alimentos e bebidas não transacionáveis e, a partir de 2007, também os comercializáveis, um terceiro elemento de pressão inflacionária são as despesas pessoais não comercializáveis. Nesse, o peso mais importante tem sido o empregado doméstico, muito provavelmente por causa do aumento real do salário mínimo durante o governo Lula, indica o estudo.

Quatro variáveis macroeconômicas foram testadas para estimar os determinantes da inflação: câmbio, commodities, demanda e expectativas, simultaneamente aos demais aspectos potencialmente causadores de inflação, como a inércia e o componente estrutural, explicam os autores. A área mais sensível à demanda, ao câmbio e às expectativas -, portanto, à política de juros - é a de alimentos e bebidas comercializáveis.

Os achados do estudo são bastante interessantes. A inflação estrutural nos preços monitorados na área de transportes (ônibus urbano e interestadual, avião, gasolina, trem etc.) é estimada em 2,78%. Ou seja, faça chuva ou faça sol, esse impacto ocorrerá.

Após 2005 houve uma queda importante na inflação estrutural dos preços administrados na habitação (energia residencial, água e esgoto, imposto predial, entre outros). Era de 8,42%, de 1999 a 2005, e a partir de 2006 caiu para 1,96%. É bastante elevado o fator estrutural de alimentos e bebidas (não comercializáveis). O aumento médio desse setor é de 9,92% ao ano.

3

A conclusão dos autores é que não se pode atribuir só ao regime de metas o controle da inflação de 2000 para cá. "Ele teve papel fundamental, mas há outras coisas acontecendo além da política monetária", disse Martinez, referindo-se às políticas

tributária e microeconômicas e à revisão de contratos de tarifas como elementos também relevantes.

O sistema de metas pressupõe que a política monetária é eficaz para segurar o aumento dos preços pela contenção da demanda agregada. Mas se seu efeito é limitado sobre um grupo de bens que aumenta mais do que a meta, os juros têm que exercer um impacto muito grande sobre os demais segmentos para que isso se reflita no IPCA. O que resulta em juros sistematicamente altos e pouca margem para redução, concluem.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras